



ESPECIAL

QUEBRANDO O MITO: EXISTE UMA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA?

O economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp e presidente do Ipea por longo mandato, navega em um mar de números, dados e análises históricas para decretar, na contracorrente do pensamento consensual que se estabeleceu no país: não temos uma nova classe média no Brasil. Pochmann não desconsidera ou minimiza a forte mobilidade social que ocorreu nos últimos anos – ao contrário, compara, guardadas as devidas proporções, ao ocorrido na Europa do pós-guerra, com a elevação da renda dos mais pobres, níveis seguros de emprego e a implementação de um estado de bem estar social. O que ele defende é que considerar a recomposição dos ganhos da classe trabalhadora e a diminuição da desigualdade como ascensão de uma nova classe média pode ser uma armadilha para o fortalecimento de teses que advoguem a diminuição do papel do Estado na sociedade brasileira. Afinal, para que um Estado forte em um país de classe média, que não precisa do braço estatal para corrigir as assimetrias e oportunizar o acesso aos serviços básicos aos mais frágeis da pirâmide social?

Rumos – No livro *O mito da grande classe média*, o senhor defende que as mudanças ocorridas no país na última década não forjam o nascimento de uma nova classe média, mas sim a recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo. A professora Marilena Chauí diz que sua tese está “na contracorrente do senso comum econômico-sociológico”. Por que essa aceitação quase consensual do conceito de “nova classe média”?

Márcio Pochmann – Meu trabalho resgata o parâmetro social que vem sendo utilizado para analisar a estratificação



Divulgação

social de cada país. E é justamente essa abordagem já consolidada há muito tempo que me permite dizer que nós tivemos, de fato, no Brasil, na primeira década deste século, uma grande mobilidade social, uma ampliação da classe trabalhadora pela expansão do emprego e melhora do salário mínimo. É uma recuperação associada sobretudo ao emprego, foram mais de 22 milhões de empregos abertos a partir de 2003. Isso configura, na verdade, uma sociedade ampliada do ponto de vista da presença da classe trabalhadora.

Há uma tendência de avaliar o que ocorreu na estrutura social brasileira utilizando-se como critério de análise aquilo que tem importância do ponto



Noel Joaquim Faiad

de vista mercadológico, das análises de marketing, especialmente para as empresas que estão preocupadas em saber o que produzir, como produzir e em que quantidade. Esse instrumental, que provém da referência mais de mercado, é importante para saber que tipo de produto as empresas vão produzir e a que preço, olhando quais são os segmentos que mais crescem na perspectiva de uma escala de renda. Isso tem permitido a alguns setores identificar que no Brasil tivemos uma expansão de níveis de renda intermediários que seria equivalente a uma sociedade de classe média. Ao meu modo de ver, essa apropriação pela ciência econômica de um instrumental que anteriormente servia fundamentalmente para as empresas é um equívoco, embora reconheça que essa forma de olhar a sociedade tem sido adotada em outros países. O que foi feito aqui no Brasil, de certa maneira, é uma cópia do tipo de estudo que vem sendo desenvolvido pelo próprio Banco Mundial em outros países. Então, quando se analisa essa ideia de estrutura social, utiliza-se basicamente o critério renda, que é um critério importante, mas insuficiente para caracterizar uma estrutura tão complexa, como é a sociedade em cada país.

Rumos – Que outros critérios o senhor acredita que deveriam ser levados em conta?

Pochmann – O que, de maneira geral, tem sido uma referência importante é considerar, a partir da estrutura produtiva de cada país, as consequências geradas no mercado de trabalho, na estratificação do consumo, na renda e, portanto, a própria estrutura produtiva que caracteriza melhor o tipo de sociedade que se tem. E justamente o conceito de classe média, tal qual nós entendemos hoje, está diretamente relacionado à

sociedade urbana e industrial, porque o chamado “emprego de classe média”, como foi identificado a partir dos anos 1940 e 1950, inicialmente nos Estados Unidos, era aquele emprego do profissional da grande empresa que não estava vinculado à produção direta, mas eram os administradores, os executivos, os gerentes, o corpo mais técnico da grande empresa privada. Depois também nos empregos públicos. Logo, esse tipo de segmento que ganhou maior dimensão está vinculado ao emprego industrial. Quando se analisa o que está ocorrendo em sociedades que perdem a importância da indústria, como é o caso dos Estados Unidos e da União Europeia, percebe-se o enfraquecimento desse tipo de emprego e o que mais ganha dimensão são os empregos de serviços. Ocorre que o setor de serviços é um setor muito heterogêneo – tem empregos de maior remuneração e maior qualidade, sobretudo aqueles vinculados aos serviços de distribuição, de produção, que são mais nobres; mas, ao mesmo tempo, também há os serviços que são portadores de empregos mais precários, como comércio e serviços pessoais. Temos uma transição, de uma sociedade urbana industrial para uma sociedade de serviços, e que o que mais a caracteriza é uma polarização entre empregos bons e ruins. Abrindo a perspectiva de considerar-se a estrutura social hoje diferente daquela que é herdeira da sociedade industrial, ou seja, sem indústria ou com indústria muito fraca, o tipo de estrutura social que se tem é mais polarizado.

Rumos – Alguns pesquisadores dizem que essa discussão entre “nova classe média” e “nova classe trabalhadora” é apenas uma briga conceitual. Quais as implicações políticas concretas dessa aceitação sobre a nova classe média, que o senhor tem apontado como um problema?



ESPECIAL

Pochmann – Essa pergunta é boa, porque ela permite expressar que a definição conceitual não está deslocada de implicações de natureza política, especialmente olhando a realidade brasileira em que se percebe que está associada a ideia de que a chamada classe média tradicional – os professores, bancários, gerentes, administradores – é um segmento que pouco depende de políticas públicas. Por meio da possibilidade de se abaterem gastos com saúde privada, educação privada, assistência privada, previdência privada no imposto de renda, esse segmento de classe média consegue viabilizar o gasto privado através de compensações tributárias obtidas. Assim, não são segmentos que necessitam diretamente de políticas universais nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte. Quem precisa de fato de políticas públicas são os trabalhadores, pois ganham pouco e não têm condições de viabilizar o gasto privado, nos serviços de saúde, educação, transporte, habitação e assim por diante. E tão pouco ganham que não conseguem fazer declaração do imposto de renda e absorver aquilo que as deduções do imposto de renda permitem determinados gastos. Portanto, necessita a presença do Estado.

Quando se diz que esse segmento que avançou e foi beneficiado pela ascensão social é de classe média, de certa maneira estamos querendo colocá-los na classe média tradicional e dizendo que não precisam de políticas públicas, que precisam na verdade de menos imposto e que por si só resolverão seus problemas de ordem educacional ou previdenciária e assim por diante. Ao definir o que está acontecendo com a população brasileira, encaminho o tipo de ação que é o papel do Estado. Então, se identifico que tivemos uma ascensão para trabalhadores, trabalhadores de renda relativamente baixa, e que para melhorar sua condição é preciso um serviço público de excelente qualidade na educação, saúde etc., pressuponho uma ação do Estado mais forte. Temos o embate entre visões do ponto de vista conceitual, mas com grande implicação nas decisões de políticas públicas.

Rumos – É possível fazer um paralelo entre o que aconteceu no Brasil nesses últimos dez anos com o ocorrido no pós-guerra, sobretudo na Europa, durante os “30 anos gloriosos”, quando os trabalhadores tiveram conquistas sociais como elevação de renda e emprego, consumo de bens duráveis. No Brasil, isso aconteceu de forma tardia?

Pochmann – Guardada a devida proporção, tentamos implementar no Brasil essa experiência exitosa do pós-guerra na Europa, ou seja, de estabelecer que concomitantemente à elevação dos ricos e da própria classe média, é necessário elevar o padrão de vida dos pobres. A experiência do Brasil na época quando houve um crescimento econômico, isso nos anos 1970, foi de melhora de apenas uma parcela dos brasileiros. A classe trabalhadora ficou marginalizada do que ocorreu do ponto de vista da expansão econômica. Pela experiência democrática na primeira década do século XXI, o país conseguiu combinar uma retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, o que foi extremamente exitoso, especi-

almente num momento em que o mundo, sobretudo nos países mais ricos, oferece baixo dinamismo, maior desemprego, maior pobreza e desigualdade. O Brasil se transformou numa referência internacional reconhecida por vários organismos, inclusive das Nações Unidas.

Rumos – Na década de 1990, o país teve um congelamento da estratificação social e recentemente passou por esse processo de mobilidade social que o senhor citou. Acredita que o prognóstico daqui para a frente é de mais mobilidade ou de uma acomodação desse cenário?

Pochmann – Acredito que uma das características principais do capitalismo brasileiro é a mobilidade social. No entanto, de maneira geral, tem sido uma mobilidade social muito heterogênea. Sempre dou o exemplo de que no Brasil, historicamente, é como se os mais ricos chegassem num prédio e tomassem imediatamente o elevador, tal qual eles subiriam rapidamente o seu nível de renda, de condições de vida. Enquanto que o conjunto da população também chegava nesse mesmo edifício, mas sem direito a elevador, ele vai ter que subir degrau por degrau. Então, ele sobe, mas

é lento, o que aumenta a desigualdade. Sendo assim, não acredito que é possível imaginar um capitalismo nos próximos anos no Brasil sem que haja mobilidade. A questão a ser colocada é qual mobilidade ocorrerá: será uma mobilidade mais significativa na base da pirâmide ou uma mobilidade muito mais voltada para o topo da pirâmide social brasileira?

Rumos – Em sua obra, o senhor avalia que o Brasil tem duas pautas urgentes para seu futuro: a reindustrializa-

ção e a reconfiguração qualitativa dos serviços públicos. Por que acredita que essas pautas devem ter a centralidade na reorientação política e econômica brasileira?

Pochmann – Identifico esses dois caminhos como margeadores para o futuro do Brasil, imaginando a perspectiva de termos um país para todos, do ponto de vista da qualidade do emprego. Isso obviamente pressupõe um ritmo de expansão do país mais rapidamente e de melhor qualidade, e não há como pensar em uma economia mais dinâmica sem o reforço industrial. Não acredito que podemos voltar à estrutura industrial que tivemos nos anos 1970, início dos anos 1980, tão diversificada como era. Até porque o quadro internacional mudou, com o aparecimento das cadeias globais de valor, mas não há dúvida de que o Brasil possui complexos industriais de grande magnitude, que são fundamentais.

Hoje, todo investimento em progresso técnico no mundo se concentra basicamente em três complexos importantes, que são o automobilístico, o farmacêutico e a tecnologia de informação e comunicação. Desses três, que respondem por 64% de todos os investimentos feitos em inovação no mundo, o Brasil tem dois setores muito fortes, que são o automobilístico e o de fármacos, que vem crescendo, inclusive pela presença da empresa nacional, com os genéricos, que devem ganhar ainda mais importância, inclusive no que diz respeito à pesquisa. O setor de tecnologia da informação ainda é um setor em desenvolvimento no Brasil. Portanto, temos condições concretas e objetivas e um mercado interno portentoso; temos a possibilidade de ganhar maior espaço no comércio externo, a partir desta capacidade de ampliar o valor agregado dessas cadeias produtivas, assim como outras que nós já possuímos, como a indústria de defesa do Brasil e todo o setor de agronegócio, que também é uma referência de pujança. Então, o Brasil tem de fato condições para fortalecer o seu setor industrial em base mais sólida.

Ao mesmo tempo, devemos reconhecer que estamos



O Mito da Grande Classe Média
Marcio Pochmann
Boitempo Editorial, 180p., 2014.

“Não é possível imaginar um capitalismo nos próximos anos no Brasil sem que haja mobilidade. A questão é: qual mobilidade ocorrerá? Será mais significativa na base da pirâmide ou mais voltada para o topo da pirâmide social brasileira?”

numa transição para uma sociedade de serviços, e obviamente isso exige um reposicionamento em termos do Estado, porque o Estado que temos hoje não é portador desse futuro dos serviços. Quer dizer, quando se olha a divisão dentro dos governos, percebemos que há uma política industrial que vê a indústria como um todo; uma política de agropecuária que observa o setor como um todo; mas nos serviços não há, o que existe é uma dispersão – na saúde, na educação, no transporte, no turismo, na assistência. Então, há necessidade de ter outro leque de atuação do Estado, do ponto de vista mais articulado e integrado, olhando o serviço da totalidade de vida. Não podemos ver apenas o indivíduo naquilo que concerne às pessoas que estão com problema de doença, ou que estão sem educação adequada, ou sem emprego, ou sem mobilidade. Temos que olhar o indivíduo na sua totalidade e isso implicaria em uma reforma do Estado que desse conta desse desafio.

Rumos – E existem condições concretas para o Brasil fazer essa reforma em curto prazo e avançar nessas duas áreas apontadas?

Pochmann – Não acredito que seja um problema de ordem técnica, que não saibamos o que fazer. Isso, no meu modo de ver, está superado. É, sim, um problema de natureza política. A reforma do Estado e outras reformas que precisariam ser realizadas, como a tributária e a dos meios de comunicação, dependem de uma só que é a reforma política. A mãe de todas as reformas é a política. O sistema político eleitoral que temos hoje é um sistema que, na verdade, termina obstaculizando a realização das reformas que o Brasil precisa.

É bom ressaltar o fato de que tivemos um plebiscito popular que foi feito em 2014 [na semana da pátria] em torno do tema da reforma política, foram quase oito milhões de pessoas que participaram, o que é uma demonstração de que a sociedade quer outro sistema político. Então, acredito que em 2015, se houver um movimento nesse sentido, nós poderemos ter êxito numa reforma política e aí, sim, abriria a possibilidade de fazer as reformas que o Brasil almeja e ao mesmo tempo vão ficando em segundo plano, perdendo espaço para questões menores, sem grande complexidade do ponto de vista dos desafios brasileiros. ■